



PROCESSO Nº: 8497/2005 - A
ÓRGÃO DE ORIGEM : CODEPLAN
ASSUNTO: Dispensa/inexigibilidade de Licitação
EMENTA: Contratos de Gestão. Irregularidades e sonegação de informações. Imputação de multa. Decisão nº 1467/2008. Acórdão. Interposição de Recurso. Sugestão de sobrestamento. Deslinde do Processo nº 875/2002 (sobrestante). Restituição dos autos a ICE. Exame de petição de nulidade. Corpo Técnico, tendo em conta precedentes, sugere o provimento do pedido. MPCDF, divergindo, opina pelo não-conhecimento. Voto convergente para o *Parquet*.

R.E.L.A.TÓ.R.I.O

Tratam os autos da inspeção realizada nos Contratos de Gestão nºs 02, 03 e 11/2005 firmados entre a Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN e o Instituto Candango de Solidariedade – ICS, com dispensa de licitação. Dos trabalhos de inspeção, constataram-se irregularidades na execução dos contratos, relatadas no Relatório nº 004/2005, fls. 345/390.

Em última apreciação plenária, esta Corte prolatou a Decisão nº 3731/2008, nos seguintes termos:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: I – conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sr. FRANCISCO TOLEDO WATSON (fls. 1112 a 1128), suspendendo, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 1/94, os efeitos da deliberação objeto dos itens II e III da Decisão nº 1467/2008 e do Acórdão nº 052/2008, na parte a que se refere ao nomeado cidadão; II - dar ciência desta decisão ao nominado interessado, informando-lhe que o recurso em apreço pende de exame de mérito; III – devolver os autos à 1ª ICE, para o exame do mérito do recurso



em causa. “

Ao se proceder à indigitada análise, a Unidade Técnica verificou a pendência referente ao pedido de nulidade constante das fls. 1098/1110, interposta pelo Sr. Durval Barbosa Rodrigues. Considerando que essa questão, à época, estava em discussão no Processo nº 875/2002, sugeriu-se o sobrestamento dos autos até o desfecho dos citados autos.

Em que pese a presente fase tratar-se do exame do recurso impetrado pelo Sr. Francisco Toledo Watson (fls. 1112/1128), a mencionada petição de nulidade, anterior àquela peça, deve ser examinada previamente, em razão de seu possível impacto sobre decisões já proferidas nestes autos, bem assim em razão do histórico da matéria discutida em vários processos da Casa.

A análise se deu nos seguintes termos:

8. *Conforme já relatado, esse incidente vem se repetindo em vários processos da Corte, envolvendo o Sr. Durval e a indigitada autoridade. Aqueles que foram submetidos a Plenário restaram sobrestados até o deslinde do Processo nº 875/2002, no qual a matéria foi amplamente discutida. Considerando esse cenário, os presentes autos permaneceram nesta Inspeção no aguardo do aludido desfecho, que se concretizou com a expedição da Decisão nº 6246/2008, cujo teor é o seguinte:*

“O Tribunal, pelo voto de desempate do Senhor Presidente, proferido com base no art. 84, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento da Revisora, decidiu: I. conhecer das contra-razões às fls. 594/611, em atendimento à Decisão nº 6.017/07; II. negar provimento ao Pedido de Reexame interposto pelo Ministério Público junto a esta Corte, mantendo o teor das decisões guerreadas; III. dar ciência desta decisão ao recorrente e ao autor das contra-razões; IV. autorizar o retorno dos autos à Inspeção, para os devidos fins.”.

9. *Como se depreende, foi lá mantida a Decisão nº 5664/2007 que dera provimento ao pedido do senhor Durval Barbosa Rodrigues, no sentido de anular as várias deliberações que enumerava. Destaque-se do voto de desempate daquela sessão, proferido pelo senhor Presidente, a seguinte observação acerca do impedimento e da presunção de prejuízo:*

“Tenho por despiciendo transcrever o ensinamento doutrinário a respeito da competência do julgador impedido para julgar caso concreto. O impedimento é obstáculo de natureza objetiva, à vista da imparcialidade do juiz, revestida de caráter absoluto por criar incompatibilidade entre o impedido e a função de julgar. Trata-se de matéria de ordem pública, descabendo o argumento de que não houve prejuízo. O prejuízo é legalmente presumido.”.

10. *Ressalte-se, igualmente, a tese defendida no voto de vista da Revisora, Conselheira Anilcéia Machado, cujo posicionamento foi acompanhado pelo voto de desempate do Senhor Presidente quando da prolação da mencionada Decisão nº 6246/2008, segundo a qual “o incidente de exceção argüido não foi de suspeição e sim de impedimento, o que torna a parcialidade do juiz absoluta e não relativa, não havendo, assim, prazo*



para a alegação da circunstância, porque insuscetível de preclusão”.

11. Com os posicionamentos explicitados nos dois parágrafos anteriores, restaram superadas no Processo nº 875/2002 as teses relativas à suposta ausência de prejuízo ao interessado em face da participação do Conselheiro impedido e do placar das votações, bem como ao enquadramento da exceção como suspeição e não como impedimento.

12. Todo esse desdobramento, naqueles autos, cabe lembrar, ocorreu a partir do fato de o Conselheiro Renato Rainha ter presidido a sessão que deu origem à Decisão nº 2095/2005, enquanto as demais, anteriores e posteriores a essa, registravam o impedimento do Conselheiro.

13. No presente processo, o referido membro desta Corte se declarou impedido a partir da prolação da Decisão nº 751/2006, fl. 617. Porém, votou naquelas de nºs 4490/2005 e 6554/2005, fls. 400 e 601/602¹[\[1\]](#).

14. A primeira desse último grupo comportou mero trâmite processual, encaminhando os autos ao parquet. Todavia, por meio da segunda, autorizou-se a audiência do Sr. Durval para fins de aplicação de penalidade:

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, tendo em conta a instrução e o parecer do Ministério Público, decidiu: I - tomar conhecimento dos: a) Contratos de Gestão nºs 02/2005, 03/2005 e 11/2005, de 18/02/05, 07/04/05 e 07/06/05, respectivamente, firmados pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central - Codeplan e o Instituto Candango de Solidariedade - ICS; b) Ofícios nºs 45/05-CF, 58/05-CF, 127/05-CF, 163/05-CF, 176/2005-PG e 249/2005-PG, bem como dos documentos que os acompanham; c) resultados de inspeção, levada a efeito na Codeplan, em atendimento à designação da Portaria nº 20/05; II - **autorizar a audiência, com vistas à aplicação das multas previstas nos incisos II e III do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, c/c os incisos I e II do art. 182 do Regimento Interno do TCDF, dos senhores nominados no parágrafo 194, deste relatório, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, as razões de justificativa que tiverem, tendo em vista as seguintes irregularidades verificadas na inspeção realizada na execução física e financeira dos referidos Contratos de Gestão nºs 02/2005, 03/2005 e 11/2005:** a) as propostas (CTI e CECG) que serviram de base para a execução dos serviços são irregulares e, por consequência, também são os pagamentos ocorridos na vigência dos referidos ajustes, vez que concernentes a serviços prestados sem cobertura contratual, situação condenada pela pacífica jurisprudência desta Casa, a exemplo da Decisão nº 4819/03, proferida no Processo nº 875/02; b) em que pese os referidos contratos terem como objeto a genérica descrição de serviços de desenvolvimento tecnológico, são efetivamente prestados por meio dos instrumentos serviços comuns, diferentes daqueles previstos na Lei Federal nº 9.637/98 e na Constituição Federal como passíveis de publicização; c) o ICS, na prática, atua como mero intermediador, que disponibiliza para a Codeplan, por meio de terceiros, recursos humanos e materiais para que aquela empresa possa prestar os serviços que lhe são contratados, sem licitação, por outros órgãos e entidades do Governo do Distrito Federal, configurando burla ao processo licitatório previsto no art. 2º da Lei nº 8.666/93; d) a Codeplan vem se utilizando do contrato de gestão para a

1 O Conselheiro Renato Rainha esteve ausente na sessão referente à decisão nº 751/2006, fl. 617



*contratação de mão-de-obra sem a realização de concurso público, não só para si, como para todo o Complexo Administrativo do DF, ao contratar pessoas para prestação de serviços que fazem parte das atividades normais e rotineiras dos órgãos e das entidades atendidas, o que configura burla à proibição de contratação de pessoal sem prévia habilitação em concurso público, nos termos do inc. II do art. 37 da Constituição Federal e no inc. II do art. 19 da Lei Orgânica do DF; e) houve pagamento a mais para o ICS, no montante de R\$ 24.262.311,88 (vinte e quatro milhões, duzentos e sessenta e dois mil, trezentos e onze reais e oitenta e oito centavos), referente às notas fiscais relacionadas no item "5.4-e" do relatório, emitidas pelo Instituto entre os meses de janeiro a abril de 2005, quanto aos serviços de locação de mão-de-obra prestados pelas empresas subcontratadas Linknet e Prodata, tendo por base os Contratos de Gestão nºs 02/2005 e 03/2005 (este item não engloba as despesas realizadas no Contrato de Gestão nº 11/2005); f) a intermediação promovida pela Codeplan nos referidos contratos, além de ilegal e antieconômica, causou prejuízo ao erário, vez que são os órgãos e entidades do Governo do DF que arcam com os custos desses ajustes, por meio do repasse promovido pela Companhia; **III - autorizar ainda a audiência, com vistas à aplicação das multas previstas nos incisos V e VI do art. 57 da Lei Complementar nº 01/94, c/c os incisos III e IV do art. 182 do Regimento Interno do TCDF, e a possibilidade de adoção da medida prevista no art. 44 da LC nº 1/94, dos senhores nominados no parágrafo 195 do relatório, para que apresentem, no prazo de 30 (trinta) dias, as razões de justificativa que tiverem pela sonegação de documento e informações, além da obstrução ao livre exercício da inspeção procedida no bojo deste processo;** IV - autorizar o envio, em conjunto com esta decisão, de cópia do relatório de inspeção, dos pareceres do MPJTCDF e do Relatório/Voto da Relatora: a) à Codeplan, com vistas à subsidiar a adoção das medidas saneadoras das impropriedades e faltas identificadas e/ou apresentar as justificativas que entender pertinentes, no prazo de 30 (trinta) dias; b) ao Instituto Candango de Solidariedade, como parte interessada, para, querendo, manifestar-se a respeito" (g.n.).*

15. *Esse cenário indica que os presentes autos padecem de vício desde a prolação da transcrita Decisão nº 6554/2005, em decorrência da aplicação, in casu, do precedente estabelecido no Processo nº 624/2004, conforme voto da Conselheira Marli Vinhadeli que fundamentou deliberação lá expedida:*

"(...)

37. *No meu entender, tendo em conta as razões de decidir do Processo nº 875/02, mostra-se secundária a discussão em torno de presidência de Sessão e de lançamento de voto, por Conselheiro impedido, ainda que sejam distintas tais situações.*

38. ***O que importa, à luz do precedente citado, é a eventual manifestação do julgador impedido em votações de mérito, hipótese prejudicial ao regular desenvolvimento dos autos.***

39. *Ao meu sentir, a presunção admitida no Processo nº 875/02 (Decisão nº 5664/07, mantida pela de nº 6246/08) - julgamento meritório prolatado em Sessão presidida por Conselheiro impedido -, ajusta-se ao presente caso, em que se impugna voto proferido pelo ilustre*



Conselheiro Renato Rainha, em deliberação de mérito, quando se encontrava impedido para tanto.

40. ***Entendo materializada a suposição, no presente feito, desde o início, a partir da prolação da Decisão nº 2047/04 (S.O. nº 3832, de 11/05/04; fl. 126), oportunidade em que a participação do nobre Conselheiro Renato Rainha consubstanciou determinação de audiência para apresentação de justificativas, sob as penas do art. 57, II, da LC nº 1/94.***

41. ***Essa deliberação plenária contém um primeiro juízo de mérito acerca da matéria examinada, considerados os indícios de irregularidades que aponta.***

42. ***Consequentemente, tendo em conta as balizas traçadas no Processo nº 875/02, pondero que da Decisão nº 2047/04 não poderia ter participado o ilustre Conselheiro Renato Rainha, fato esse que acarretou prejuízo, ainda que presumido, aos ora Recorrentes.*** (g.n.)

16. *Nessa linha de raciocínio, o voto do Conselheiro Renato Rainha na construção daquela deliberação teria eivado de nulidade o ato, haja vista que, de forma similar ao ocorrido no Processo nº 624/2004, referido decisum consubstanciou determinação de audiência do Sr. Durval para apresentação de justificativas para fins de aplicação de penalidade, estabelecendo-se o aludido primeiro juízo de mérito acerca da matéria examinada, conforme destacado acima.*

17. *Dessa forma, não resta, s.m.j., alternativa que não seja considerar a aludida Decisão nº 6554/2005 e as posteriores prolatadas neste Processo nulas.*

18. *Diante do exposto, sugere-se ao egrégio Plenário que:*

I) *tome conhecimento da petição de fls. 1098/1110, concedendo-lhe provimento parcial no sentido de anular as Decisões nºs 6554/2005, 751/2006, 3232/2006, 5351/2006, 6767/2006, 1467/2008 e 3431/2008;*

I) *dê ciência da deliberação a ser adotada ao autor da aludida petição e aos demais relacionados no Acórdão de fl. 1086;*

II) *autorize o retorno dos autos à Inspetoria para os devidos fins.*

O Ministério Público, mediante Parecer nº 1492/2009 – CF (fls. 1171/1181), manifesta seu entendimento acerca da matéria nos seguintes termos:

8 *Como já consignado pelo Corpo Técnico, o pleito em análise já foi objeto de outros processos, e esta Procuradora já teve a oportunidade de consignar seu entendimento nos autos 530/03, que, mutatis mutandis, vale para estes autos, verbis:*

(...)

13. Preliminarmente, é necessário destacar que o Código de



Processo Civil faz uma clara distinção entre as causas nas quais o julgador está impedido de exercer suas funções e as causas nas quais a imparcialidade do julgador pode ser questionada. Os motivos indicadores de impedimento são de natureza objetiva e estão elencados no art. 134, nesses termos:

Art. 134. É defeso ao juiz exercer as suas funções no processo contencioso ou voluntário:

I - de que for parte;

II - em que interveio como mandatário da parte, oficiou como perito, funcionou como órgão do Ministério Público, ou prestou depoimento como testemunha;

III - que conheceu em primeiro grau de jurisdição, tendo-lhe proferido sentença ou decisão;

IV - quando nele estiver postulando, como advogado da parte, o seu cônjuge ou qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta; ou na linha colateral até o segundo grau;

V - quando cônjuge, parente, consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau;

VI - quando for órgão de direção ou de administração de pessoa jurídica, parte na causa.

Parágrafo único. No caso do nº IV, o impedimento só se verifica quando o advogado já estava exercendo o patrocínio da causa; é, porém, vedado ao advogado pleitear no processo, a fim de criar o impedimento do juiz.

14. De forma diversa, os motivos indicadores de suspeição são de ordem subjetiva e indicam presunção relativa de parcialidade do juiz, que pode ser argüida pela parte interessada. Os motivos de suspeição estão enumerados no art. 135, nestes termos:

Art. 135. Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:

I - amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes; (grifei)

II - alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;

III - herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes;

IV - receber dídivas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio;

V - interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.

Parágrafo único. Poderá ainda o juiz declarar-se suspeito por motivo íntimo.

15. Os peticionários alegam que a suspeição do juiz o impede de exercer suas funções no processo, qualquer função, e que este processo estaria eivado de nulidade absoluta. Tentam convencer esta Eg. Corte de que os motivos de impedimento e suspeição são idênticos e produzem os mesmos efeitos.

16. Acerca das diferenças processuais existentes entre impedimento e suspeição, são esclarecedores os ensinamentos de Nelson Nery Júnior:



Impedimento

Parcialidade absoluta. Os motivos indicadores do impedimento do juiz são de natureza objetiva, caracterizando presunção *iuris ET de iure*, absoluta, de parcialidade do magistrado (Arruda Alvim, CPCC, VI, 26; Barbi, Coment.11, n. 717, p. 413) Provada a causa de impedimento, o juiz deve ser inexoravelmente afastado do processo, passando nele a funcionar seu substituto automático, de acordo com a lei de organização judiciária respectiva. O impedimento é pressuposto processual negativo.

Causa Objetiva. A prova do impedimento é feita de forma objetiva, sendo impertinente indagar-se da intenção ou subjetivismo do magistrado em julgar a causa com parcialidade: esta é absoluta, não admitindo prova em contrário. Basta a comprovação, por exemplo, de que o juiz é cônjuge da parte para que deva ser *in continenti* afastado do processo.

Ação Rescisória. Os atos decisórios proferidos por juiz impedido são nulos e a sentença por ele prolatada pode ser impugnada por ação rescisória (CPC 485 II).

Arguição. Como o impedimento do juiz é questão de ordem pública, deve o juiz pronunciá-lo *ex-officio* (Nikish, ZPR², § 20, 4, p. 82; Fasching, ZPR², n. 161, p. 93), afastando-se do processo, vedado a ele proferir qualquer decisão no processo, devendo remeter os autos ao seu substituto automático, que assumirá a presidência da causa. Tendo em vista tratar-se de matéria de ordem pública, o impedimento pode ser alegado a qualquer tempo e grau de jurisdição, não sendo suscetível de preclusão. Mesmo depois de transitada em julgado, a sentença proferida por juiz impedido pode ser impugnada por ação rescisória. Pode ser alegado por petição simples ou por exceção de impedimento (CPC 304 e 312). Na verdade não se constitui em matéria *stricto sensu*, mas sim de objeção. Sendo matéria de interesse público, qualquer das partes, interessados e MP, podem arguir o impedimento.

Prazo. Não há prazo para a alegação de impedimento, porque insuscetível de preclusão. No entanto, para que se consiga afastar o juiz impedido da causa, a fim de que não julgue a demanda, é preciso que se oponha a exceção até o momento imediatamente anterior ao julgamento. Proferido este, não se pode mais afastar o juiz da causa, objetivo da exceção de impedimento. Depois de proferido o julgamento pelo juiz impedido, a parte ou interessado poderá pleitear a nulidade do julgado, por intermédio de recurso, sob o fundamento de que a decisão é nula por ter sido proferida por juiz parcial (impedido). Mas afastá-lo do processo, impedindo-o de julgar, só é possível quando ainda não proferido o julgamento. Caso tenha transitado em julgado a sentença ou acórdão, de mérito, proferido pelo juiz impedido, ainda assim é possível sua impugnação por meio de ação rescisória.

(...)

Ação rescisória. Somente o impedimento, e não a suspeição do magistrado, pode servir de motivo à ação rescisória (CPC 485 II) (JTARS 16/166).

Suspeição

Parcialidade Relativa. Os motivos enumerados no CPC 135 indicam presunção relativa de parcialidade do juiz, que pode ser afastada mediante prova em contrário. Os motivos indicadores de suspeição são de ordem subjetiva.

Preclusão. Por ser relativa a presunção de parcialidade decorrente da



*suspeição, é suscetível de preclusão, caso a parte ou interessado não oponha a exceção no prazo da lei. **Ocorrendo a preclusão pela inércia da parte, a presunção de parcialidade fica ilidida, passando o juiz a ser considerado imparcial.** Sua sentença é válida e não pode ser objeto de impugnação por ação rescisória, cabível apenas quando o ato é proferido por juiz impedido (CPC 485 II). A suspeição não é pressuposto processual, pois pode ser convalidada pela inércia da parte. (grifei)*

Motivo íntimo. O juiz, ao declarar-se suspeito por motivo íntimo, afasta-se da causa, que deve ser remetida a seu substituto automático. Não é necessário que mencione, no processo, qual o motivo íntimo que o levou a afirmar a suspeição (...). **O afastamento do juiz que se declarou suspeito por motivo de foro íntimo não o torna automática e perenemente parcial para as outras causas entre as mesmas partes.** (grifei)

Foro íntimo. Imparcialidade para outras causas entre as mesmas partes. A afirmação de suspeição por motivo de foro íntimo em determinado processo não impede o exercício da jurisdição em outros feitos distribuídos ao magistrado (...)

17. É cediço que o Conselheiro Renato Rainha declarou-se impedido de participar de diversos julgamentos, por motivo de foro íntimo, consoante Parágrafo único do art. 135 do CPC, cujo réu era o Sr. Durval Barbosa Rodrigues. De fato, conforme demonstrado na lição de Nelson Nery Júnior, não se trata de impedimento, mas de suspeição. Tal diferenciação é importante na medida em que são distintas as consequências.

18. A sentença proferida maculada por impedimento de juiz é vício que sobrevive até mesmo ao trânsito em julgado, enquanto a suspeição é suscetível de preclusão. Ou seja, se a parte não argüir a suspeição nos prazos e na forma legal, o defeito deixa de existir.

19. A Lei nº 9.784/99, que regula o Processo Administrativo, estabelece, no art. 20, que:

Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau

20. Sobre a argüição de suspeição, José dos Santos Carvalho Filho ensina que:

“Buscando obter o sentido preciso do art. 20 da lei, pode constatar-se que a argüição pelo interessado será a forma mais adequada quando se tratar de hipótese em que a autoridade tenha inimizade notória com ele ou com as demais pessoas contempladas na lei.”
(...)

24. Portanto, resta demonstrado que:

- O Conselheiro Renato Rainha não estava impedido de votar;
- A suspeição do Conselheiro poderia ter sido argüida pelo Sr. Durval Barbosa Rodrigues no prazo de quinze dias após a distribuição do processo;
- Como a suspeição não foi argüida no prazo legal, considera-se



válido e imparcial o julgamento proferido pelo Conselheiro Renato Rainha;

11. *Nos presentes autos, da mesma forma, a peça protocolizada não pode ser conhecida, pois não se trata de nulidade absoluta e, por conseguinte, a peça apropriada para reforma de decisão seria recurso.*

12. *Ad argumentandum tantum, a atuação do Conselheiro Renato Rainha, como nos autos referidos, em nada prejudicou o interessado, em virtude do seu voto não ter interferido no resultado. Eis o resultado das decisões nas quais votou:*

*I Decisão nº 4490/05 – unânime;
I Decisão nº 6554/05 – unânime.*

13 *A propósito, mais, uma vez, torna-se oportuno trazer à colação excerto da ementa do AgRg no REsp 781480 / PE, relatado pela Ministra Nancy Andrighi, decidido em 18/08/09:*

- Vigê em nosso sistema processual o chamado princípio do prejuízo, positivado no art. 249, § 1º, do CPC, segundo o qual não se anula ato processual que não tenha causado prejuízo à parte.

14. *Nessas condições, esta representante do MPC/DF, ao passo que reitera o defendido nos Processos 530/03, 624/04, 4748/06 e 7636/05, opina pelo não-conhecimento da peça protocolizada pelo interessado.*

Relatei.

Com razão o Ministério Público. Verifica-se às fls. 556 que o Conselheiro Renato Rainha deu-se por suspeito de lançar pronunciamento nestes autos, com esteio no inciso I do art. 135 do CPC².

Por tratar-se de suspeição, a presunção de parcialidade precluiu, pois a parte interessada não ofereceu impugnação na primeira oportunidade em que coube falar nos autos (art. 245 do CPC).

Ademais, é importante ressaltar que a atuação do Conselheiro Renato Rainha não causou qualquer prejuízo ao requerente. Vejamos.

A Decisão nº 4490/2005 não teve natureza meritória, sendo proferida nos seguintes termos:

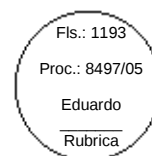
O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu

2 Art. 135. *Reputa-se fundada a suspeição de parcialidade do juiz, quando:*

I - amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer das partes; (grifei)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO



enviar os autos ao Ministério Público, solicitando parecer.

Quanto à alegada participação do Conselheiro Renato Rainha na Decisão nº 6554/05, é necessário esclarecer que existe um erro de registro no que tange às informações constantes da ata da Sessão Ordinária nº 3973/05.

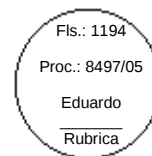
O Conselheiro Rainha declarou-se suspeito em 1º de dezembro de 2005, por meio do Despacho Singular nº 257/05 (fls. 556). Verifica-se que no Sistema de Acompanhamento das Sessões Plenárias – SASP, referente à S.O. Nº 3973/05, consta registro da Secretaria das Sessões informando acerca do impedimento/suspeição dos Conselheiros Jorge Caetano e Renato Rainha (fls. 1183).

Embora estivesse no Plenário durante a votação, pode-se verificar, por meios das gravações, que o Conselheiro Rainha não participou dos debates e não votou no julgamento que culminou na Decisão nº 6554/05.

Dessa forma, demonstrado que a atuação do Conselheiro Rainha não acarretou prejuízo ao requerente e considerando que a presunção de parcialidade precluiu, entendo que deve ser negado provimento ao pedido do Sr. Durval Barbosa Rodrigues.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RONALDO COSTA COUTO



V.O.T.O

Em decorrência das informações e conclusões do douto Ministério Público, VOTO no sentido de que o egrégio Plenário:

- I. negue provimento ao pedido de fls. 1098/1110, mantendo as Decisões nºs 6554/2005, 751/2006, 3232/2006, 5351/2006, 6767/2006, 1467/2008 e 3431/2008;
- II. dê ciência desta decisão ao autor do pedido;
- III. determine o retorno dos autos à 1ª ICE, para as providências de sua alçada, especialmente para a análise do mérito do recurso interposto pelo Sr. Francisco Toledo Watson.

Sala das Sessões, em de de .

RONALDO COSTA COUTO

Conselheiro-Relator